

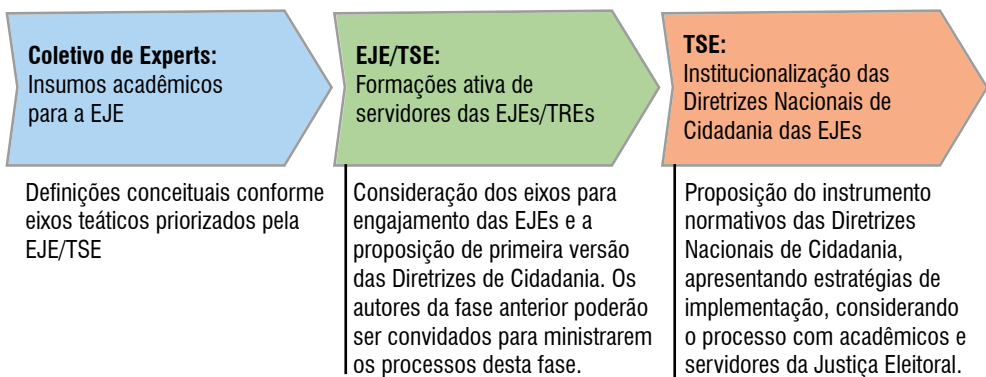
AÇÃO FORMATIVA: Rumo às Diretrizes Nacionais de Cidadania das Escolas Judiciárias Eleitorais

Doriana Daroit, Fernanda Natasha Bravo Cruz
Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o
Desenvolvimento Democrático (LAP2D),
Universidade de Brasília (UnB)

Este material didático concerne a um projeto inovador orientado ao aprofundamento da democracia, visando um coerente desenho institucional, estabelecido de forma dialógica e robusta, para o eixo “Cidadania” das Escolas Judiciárias Eleitorais brasileiras. A partir do reconhecimento das dimensões priorizadas para o eixo de Cidadania da EJE no âmbito do TSE, em 2023, foram convidados experts para a definição conceitual dos temas relevantes, com vistas a subsidiar o projeto junto aos servidores da Justiça Eleitoral, que visa dois resultados: uma formação básica orientada aos valores e princípios democráticos fundamentais para a educação para a cidadania, que lide com a desinformação e a exclusão política como desafios prioritários a serem superados; e, ainda, a proposição coletiva de uma minuta de instrução normativa para as Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania das Escolas Judiciárias Eleitorais.

É com muita satisfação que compartilhamos o primeiro produto desse processo, voltado à formação e articulação de servidores para a construção comum das Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania das EJE. A Figura 1 expressa as etapas de realização do projeto.

Figura 1. Etapas do projeto “Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania” da EJE/TSE.



Fonte: Elaboração das autoras.

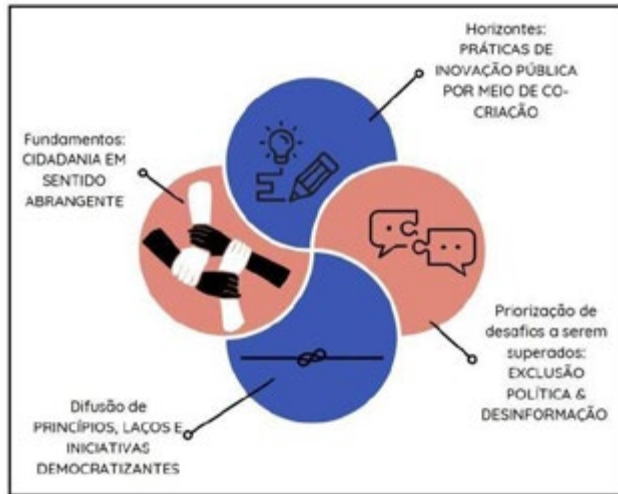
A partir da contribuição de textos autorais da primeira fase, estabelecidos por acadêmicas e acadêmicos especialmente dedicados a essa oportunidade, foi possível constituir as seguintes dimensões formativas e questões norteadoras:

Quadro 1. Dimensões formativas e questões norteadoras

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos textos disponíveis no material didático deste curso.

Educação para a cidadania	Valores e Princípios Democráticos	Populações Minorizadas	Combate à Desinformação
De qual cidadania estamos falando? Qual é o horizonte desejado? O que a educação em direitos humanos e a educação popular ensinam para a educação para a cidadania? Como promover processos de educação para a cidadania?	Quais os alcances do processo eleitoral na democratização? Quais são os demais aspectos éticos, culturais, socioeconômicos e territoriais que devem ser considerados? Quais práticas podem colaborar para a democratização da sociedade brasileira e de suas instituições? Como reconhecer e superar uma trajetória histórica de traços autoritários? Como as EJs podem contribuir <i>in loci</i> para difundir valores e princípios democráticos, com vistas à consolidação da democracia brasileira?	Como promover a inclusão política de populações historicamente marginalizadas? A quais diversidades e interseccionalidades nos referimos? Como aprender com políticas de ações afirmativas para a promoção de iniciativas da Justiça Eleitoral de educação para a cidadania?	Como definir desinformação? Como a desinformação impacta a construção democrática? Quais as iniciativas em curso pelo TSE para o combate à desinformação? Como projetos de cidadania das EJs podem divulgá-las e aperfeiçoá-las?

Entrelaçadas, as questões abordadas nos eixos explicitam a necessidade de orientações para uma ação pública reflexiva. A partir dos textos que compõem este material, é possível perceber que a cidadania tomada em seus aspectos políticos, sociais e operacionais se viabiliza com o exercício de ações públicas que mobilizem atores diversos e afeitos aos problemas sociais com quatro dimensões: a cidadania abrangente e promotora de mudanças sociais com redução de desigualdades (materiais, culturais e políticas), por meio do combate à exclusão política e desinformação; o reconhecimento da identidade dos atores que compõem o mosaico da sociedade brasileira, bem como sua localização social e territorial de forma a promover princípios, laços e iniciativas democratizantes, que suportem práticas de inovação pública por meio de cocriação. Promover diretrizes que envolvam os aspectos normativos da cidadania e promovam o engajamento político crítico é o ponto fundamental das orientações e da formação aqui delineadas.

Figura 2. Síntese da proposta formativa

Fonte: autoras.

Portanto, uma concepção abrangente de cidadania, orientada por uma perspectiva de Direitos Humanos, foi a escolhida por todos os eixos para a viabilização do projeto. A compreensão de aspectos sociais, culturais/identitários, raciais, de origem e de classe permeia a construção dos argumentos tecidos com respeito às diretrizes de cidadania, bem como a compreensão de que as eleições e seus resultados são aspectos relevantes à construção democrática, ainda que não sejam exclusivos. Justamente, os desafios para superação da exclusão eleitoral se relacionam a essa concepção ampliada e exigente de cidadania: para lidar com as populações minorizadas, importa reconhecê-las em sua dignidade e especificidade, e perceber que as múltiplas faces da exclusão social reverberam na marginalização política.

Outro grande desafio, aquele de lidar com a desinformação considerando seus impactos na democracia contemporânea, exige traduzir o tema e sua relevância de modo acessível para a população brasileira e considerar o papel e a relevância das tecnologias de comunicação e informação. Nesse sentido, a promoção de iniciativas de educação para a cidadania pelas EJs demanda a constituição de uma disposição dialógica a novos laços por parte dos servidores da Justiça Eleitoral realizando articulações transversais junto a escolas, entidades da sociedade civil, universidades e diversos ambientes comunitários presenciais e virtuais. Nesse propósito, precisará tomar em conta articulações interdisciplinares, dispositivos comunicacionais adequados a diferentes regiões e gerações, experiências de educação em direitos humanos, iniciativas de ensino-aprendizagem de extensão universitária e, ainda, o cuidado na formação de formadores, o reconhecimento do público-alvo e a avaliação dos processos educacionais.

A execução desta etapa do projeto propõe duas fases, uma virtual por meio da Plataforma Virtual Moodle da EJE/TSE, e outra em Oficinas Presenciais. A formação tem o potencial de qualificar a proposição e a viabilização das Diretrizes Nacionais de Cidadania por meio de atividades coletivas junto aos cursistas, ao mobilizar perspectivas acadêmicas interdisciplinares juntamente aos conhecimentos e vivências dos servidores da Justiça Eleitoral. Mais além, esta formação congregada à proposição da minuta das Diretrizes visa motivar o engajamento para a implementação de projetos locais de educação para a cidadania, dado o senso de pertencimento e autoria na cocriação da proposta conduzida em metodologias dialógicas de ensino- aprendizagem. Desse modo, o processo de aprendizagem também se volta à difusão, no âmbito do Sistema EJE, de um senso de necessidade de estabelecer iniciativas estratégicas de formação para a cidadania em parceria com instituições governamentais e não-governamentais de interesse público.

Como horizonte, espera-se que por meio desta formação interventiva, com a construção coletiva e a viabilização de Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania, seja possível que as Escolas Judiciárias Eleitorais fortaleçam ainda mais o incentivo à participação eleitoral, o combate à desinformação e a inclusão política de populações minorizadas em seus processos de educação para a cidadania. Esperamos que o processo formativo represente um caminho para ações públicas inovadoras e um potencial expressivo de debate para a reflexão e a implementação das ações das Escolas Judiciárias Eleitorais.